

## RELATÓRIO ANUAL DA COMISSÃO DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DA OAB-SP.

A Comissão de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa da OAB-SP é presidida pela Dra. Amarílis Costa, para a gestão 2019/2021, tem cerca de 60 membros nomeados e cerca de outras 100 pessoas integrantes da advocacia, da academia e da sociedade civil aguardando processamento de ingresso.

A GPGP, sigla que designa esta Comissão, tem como missão estimular a pesquisa e a plena integração entre advocacia, academia e sociedade civil, cumprindo a função do Direito enquanto ciência social aplicada., prezando sempre pela pluralidade e múltiplos saberes para a construção de uma escola jurídica alinhada com os preceitos constitucionais, utilizando, para tanto, os mecanismos disponibilizados por esta Seccional, tais como a realização de eventos, a formação de grupos de trabalho e estudo temáticos, a elaboração de notas, trabalhos e outros documentos técnicos, além de outras atividades.

O ano de 2020 trouxe desafios para manutenção das atividades, marcadas pela pandemia de COVID-19; a Comissão remanejou seus eventos para o formato online, substituindo os tradicionais auditórios por salas na plataforma Zoom; as reuniões mensais foram trazidas para a plataforma Google Meet. Desta forma, o ritmo de trabalhos não foi afetado.

A GPGP, em conjunto com as comissões parceiras, foi uma das primeiras Comissões desta Seccional a fazer uso das plataformas de redes sociais para comunicação e disseminação de conhecimento, implementando diálogos com diversos setores acadêmicos por meio do aplicativo Instagram. A primeira live realizada ocorreu em 08/04/2020, com Letícia Chagas, Presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, para tratar Liderança e Participação Democrática no âmbito estudantil.

A live marcou o início de uma parceria produtiva entre esta Comissão e o Centro Acadêmico XI de Agosto, que inclui, entre outras ações, a Ação de Juristas e do Direito pelo Amanhã (AJUDA), consistente num pacote de medidas emergenciais em apoio a estudantes e à classe estagiária de Direito frente ao combate da pandemia de COVID-19, incluindo suspensão da cobrança de anuidade da Carteira de Estagiária(o) da OAB, a recomendação de continuidade do valor integral das bolsas de estágio e do vale refeição/alimentação durante o trabalho remoto, e a recomendação para a não dispensa de estagiários, chamando a atenção para a condição socioeconômica que permeia uma série de estudantes de Direito no Estado.

A demanda do Centro Acadêmico XI de Agosto foi encaminhada à Diretoria da OAB-SP ao fim de maio de 2020, e permanece em análise. Cumpre mencionar que a atuação com as Comissões parceiras possibilitou a emissão de notas técnicas, submetendo as recomendações feitas pelo Centro Acadêmico XI de Agosto à advocacia em geral. É, neste escopo, um destaque as notas técnicas da Comissão da Advocacia Assalariada da OAB-SP, que tanto para a alocação emergencial de teletrabalho quanto para o retorno de atividades, recomenda o pagamento integral de salários, bolsas e outros tipos de remuneração do trabalho jurídico.

Vêm no mesmo sentido as recomendações feitas pela GPGP às universidades públicas e privadas no âmbito do estado de São Paulo, para manutenção de programas de apoio aos estudantes no que tange moradia, alimentação e outros itens essenciais para a subsistência no cenário de pandemia.

A programação de lives se estendeu até julho de 2020, trazendo diversas personalidades acadêmicas de relevância jurídica para abordar a multidisciplinaridade e convidando os espectadores a repensar as aplicabilidades dos Direitos Humanos às novas perspectivas de trabalho e estudo jurídico, promovendo a reflexão sobre a diversidade de epistemologias jurídicas.

As lives realizadas pela GPGP abordaram temas como criminologia, interdisciplinaridade acadêmica, olhar do editor sobre textos jurídicos, pesquisa acadêmica em segurança pública, acesso

à academia, prerrogativas da advocacia e sua aplicabilidade como objeto de estudo, análise a partir da filosofia de Judith Butler sobre grupos vulneráveis e a pandemia, sexualidade no cárcere, vivência prisional sob as perspectivas de pessoas trans e da maternidade, transição dos papéis de pesquisa aos papéis de autoria e doutrina e desafios do mercado editorial, diversidade sexual e de gênero na graduação, endurecimento penal, preparação para o exame de Ordem na pandemia, construção de teses jurídicas, ativismo jurídico por grupos vulneráveis, advocacia educacional e políticas públicas, dentre outros.

Para além das lives, a GPGP manteve cronograma de eventos voltados à integração entre Advocacia, Academia e Sociedade Civil, promovendo atividades com interlocutores essenciais para o exercício da Advocacia que traziam perspectivas exclusivas da Academia e da Sociedade Civil, para reforçar a importância da escuta ativa e da interdisciplinaridade. Podemos destacar, dentre estes eventos, a organização dos Diálogos Transversais, que trouxe estudantes de graduação em Direito, Publicidade e Biomedicina para abordar temáticas estudantis afetas aos mais variados ramos do Direito e a necessidade de um olhar mais atento da advocacia para o universo educacional; o Clube do Livro Carolina de Jesus, que aborda obras da literatura brasileira para discussões jurídicas; a análise da conduta jornalística e midiática vs poder judiciário, realizada em junho de 2020, com a presença de membros da Advocacia, do Poder Judiciário e da Sociedade Civil; discussão sobre comunicação não-violenta e relações raciais, em junho de 2020, com a presença da Advocacia e da Psicologia; discussões sobre eventos acadêmicos e editoração científica, em junho de 2020; discussões sobre criminologia queer, em julho de 2020; reflexões sobre a prática jurídica no âmbito estudantil, em julho de 2020, com a presença da Diretoria da OAB-SP; e discussões sobre acessibilidade dos deficientes físicos à faculdade de direito, em parceria com a ESA, em setembro de 2020, dentre outros.

Cumprir registrar que a GPGP tem orgulho de participar e articular atividades emblemáticas e inovadoras no âmbito desta Seccional, como a aula sobre Lei e Mediação Racial com a Prof.<sup>a</sup> Gislene Aparecida dos Santos, e a conferência com as doutrinadoras Dra. Allyne Andrade, Dra. Anna Lyvia Roberto Custódio Ribeiro e Dra. Julia Drummond, em maio de 2020; debates sobre Raça e Mercado de Trabalho: Racismo Estrutural, em maio de 2020; diálogos travados sobre compliance e ações antidiscriminatórias no mercado de trabalho, em junho de 2020; reflexões e debates afrodiaspóricos sobre dignidade humana, pautando masculinidade, maternidade e Estado, ciclo de estudos sobre Direito Antidiscriminatório, em julho de 2020; a celebração dos 70 anos de Sueli Carneiro, com o reconhecimento de sua contribuição ao Direito brasileiro, em julho de 2020; debates sobre os 14 anos da Lei Maria da Penha e Filosofia africana e o Direito, em agosto de 2020; reflexões sobre o papel do direito no combate às estruturas discriminatórias, em agosto de 2020; discussões sobre saúde mental e grupos historicamente minorizados, pornografia de vingança e seus impactos sociais e jurídicos, e o papel do Direito no combate às estruturas discriminatórias, em setembro de 2020; e debates sobre direitos humanos e ações afirmativas no ambiente de trabalho, em dezembro de 2020.

Um dos maiores feitos da GPGP em 2020 é a realização do I Congresso XI de Agosto, nos dias 10 e 11 de agosto de 2020; o evento reuniu Graduação, Advocacia, Academia, Magistério, Magistratura e diversas áreas do conhecimento para discutir, de forma interdisciplinar, o estado da arte das ciências jurídicas no Brasil e o papel da advocacia neste Estado Democrático de Direito, com participação ativa da Diretoria da OAB-SP, da Diretoria da ESA OAB-SP e da Editora Tirant Lo Blanch, que premiou participantes com acesso à sua biblioteca virtual, com mais de 8 mil livros à disposição.

Em nosso Congresso, grandes nomes do Direito como Valdete Souto Severo, Gustavo Proença, Edson Baldan, Andréa D'Ângelo, Marina Ganzarolli, Lorena Lamas, Maria Sylvia de Oliveira, Thiago Valverde, Monique Cruz, Fabiana Garcia, Graça Mello e outros analisaram minuciosamente o papel da advocacia na transformação do Direito, numa jornada de dois dias dedicada à interdisciplinaridade das ciências jurídicas.



A GPGP também estruturou atividades para formação tradicional, com foco em ferramentas de aprimoramento da advocacia e dos saberes jurídicos, em parceria com outras Comissões. São exemplos a oficina de Inglês Jurídico, em maio de 2020; a palestra sobre relações de consumo na pandemia, ministrada por meio do programa Cultura com Você, em maio de 2020; oficinas sobre processo civil, processo penal, execução penal, sistema prisional, Direito do Trabalho, Tribunal do Júri, Justiça Restaurativa e Prerrogativas, nos meses de maio a outubro de 2020; as oficinas de cálculos trabalhistas, em setembro de 2020; debates sobre Ética, compliance e arbitragem, em outubro de 2020; as tratativas sobre criminalização do ICMS declarado e não recolhido, em duas ocasiões; e muitas outras atividades educacionais de interesse.

O estreitamento de laços intrainstitucionais para promoção de debates integrados entre Seccional e Subseções foi prioridade para o ano de 2020, marcado pelo distanciamento. Neste escopo, é possível destacar a atuação da Presidente da Comissão, Dra. Amarílis Costa, que no ano de 2020 buscou contato próximo com as subseções desta Seccional para aumentar a intensidade de debates acadêmicos nas regiões, além de intensificar negociações com universidades do estado para apoio aos corpos docentes e discentes.

A iniciativa culminou na participação massiva da GPGP em eventos organizados por universidades, centros acadêmicos e outras instituições jurídicas, dentre os quais podemos elencar a participação em programa do Observatório do 3º Setor tratando medidas de proteção à mulher durante a pandemia, em março de 2020; debates sobre as desigualdades sociais na pandemia, com o Grupo Mulheres do Brasil, em abril de 2020; diálogos sobre Violência Simbólica, com o grupo Pais Pretos Presentes, em abril de 2020; debates sobre o Direito do Trabalho, realizados em conjunto com a Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo - AATSP, o Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo - SASP e o Movimento da Advocacia Trabalhista Independente - MATI, em maio de 2020; aula sobre populismo penal na ETEC - Cepam, em maio de 2020; debates sobre prerrogativas profissionais, realizado com a Escola de Prerrogativas da OAB-RJ e School of Legal Studies - Ambra University, em maio de 2020; debates sobre atuação nos tribunais superiores na quarentena e neoliberalismo, política de austeridade e pandemia, realizados com Movimento da Advocacia Trabalhista Independente - MATI, em maio de 2020; debates sobre mulheres na arte e estigmas sociais, com a Comissão de Direito das Artes da OAB-SP, em junho de 2020; debates sobre impacto do racismo no mercado de trabalho, com a Toledo Prudente Centro Universitário, em junho de 2020; debates sobre racismo estrutural Prof.<sup>a</sup> Verônica Rodrigues e Prof. Josafá Marques, em junho de 2020; debates sobre internação forçada em tempos de pandemia, com a Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP e a Comissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB-SP, em junho de 2020; debates sobre políticas afirmativas na Graduação com o Instituto da Advocacia Negra Brasileira - IANB, em julho de 2020; Encontro de Mulheres Afrolatinoamericanas e Afrocaribenhas, realizado pela Subseção da Lapa da OAB-SP, em julho de 2020; debates sobre o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela, realizados pelo Movimento da Advocacia Trabalhista Independente - MATI, em julho de 2020; participação na Semana da Advocacia da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo - AATSP, em agosto de 2020; discussões sobre a radicalização em defesa dos direitos sociais no III Seminário Nacional do Movimento da Advocacia Trabalhista Independente, em agosto de 2020; discussões com a Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP sobre cinema, democracia e resistência da Advocacia à ditadura, em setembro de 2020; a participação no I Congresso dos Estudantes de Direito da Universidade de Guarulhos, em setembro de 2020; debates sobre o Estado Democrático de Direito e as prerrogativas da Advocacia, com a Escola de Prerrogativas da OAB-RJ, em outubro de 2020; análise crítica acerca dos desafios enfrentados pelo ECA com o Instituto da Advocacia Negra Brasileira - IANB, em outubro de 2020; discussões sobre as repercussões do Marco Legal de Saneamento na infância e na juventude com as Comissões de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Advocacia Assalariada e Mulher Advogada, todas da OAB-SP, em outubro de 2020; debates sobre a reforma trabalhista, realizados pelo Movimento da Advocacia

Trabalhista Independente - MATI, em dezembro de 2020; e discussões sobre o massacre institucionalizado aos Direitos Humanos e a violência institucional étnico-racial, de gênero e LGBTQIA+, em atenção ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, em dezembro de 2020.

A atuação intensa da Comissão de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa da OAB-SP rendeu um convite do Conselho Federal da OAB para participação em dois eventos: em julho de 2020, a Presidente da Comissão, Dra. Amarílis Costa, foi convidada a debater os desafios das advogadas negras no exercício da profissão, retornando para assento no I Congresso Nacional Digital da OAB 2020, tratando o ensino e a prática jurídica durante e pós pandemia, em 29/07/2020.

O Poder Público também demonstrou interesse na atuação da GPGP, convidando a vice-presidente da Comissão, Dra. Raphaella Reis, para abordar a importância do resgate de valores culturais diversos para a construção de uma identidade nacional sólida, que valorize e reconheça a cidadania de todos os grupos componentes da história brasileira, em julho de 2020. A grande imprensa também demonstrou interesse pelas atividades da Comissão, convidando a participar de programa tratando garantias constitucionais aos indivíduos no processo e violência de gênero, em novembro de 2020.

A Comissão de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa da OAB-SP tem orgulho de ter participação na intensa jornada de diálogos em torno das questões étnico-raciais afetas à advocacia paulista, que estruturaram o I Novembro Negro na OAB-SP. A jornada pautou uma série de atividades nas redes sociais, e tratou temáticas importantes das racialidades no ambiente de Ordem para compreensão do estado da arte para a equidade racial na Advocacia.

O primeiro ciclo de debates se dedicou a pautar conhecimento e identidade negra na Advocacia, mergulhando nas origens institucionais da Comissão de Igualdade Racial da OAB-SP; o segundo ciclo de debates se dedicou a pautar as racialidades no empreendedorismo e no crescimento econômico; o terceiro ciclo de debates se dedica a analisar as racialidades e estruturas de poder; o quarto ciclo de debates se dedicou às reflexões sobre gênero, raça, e estratégias para re(existência); e o último ciclo, que se dedicaria à memória e à celebração da advocacia negra na OAB-SP com o Prêmio Benedicto Galvão, foi adiado para 2021, por questões técnicas de ordem institucional.

Também é de grande orgulho da Comissão de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa da OAB-SP a participação na jornada de diálogos em torno das relações jurídicas de trabalho, capitaneadas pela Comissão da Advocacia Assalariada da OAB-SP. O Congresso Interestadual da Advocacia Assalariada contou com diversas autoridades para uma ampla discussão acerca do papel constitucional da advocacia inserida no contexto de trabalho e uma agenda institucional em defesa da advocacia assalariada, com o apoio do Projeto Nacional de Inclusão de Jovens Negras e Negros do Ministério Público do Trabalho, e culminou na propositura e circulação do Pacto em Defesa da Advocacia Assalariada, um pacote de medidas a serem adotadas em prol da advocacia assalariada e de combate a práticas discriminatórias, por empresas, entidades representativas da Advocacia e pela sociedade civil, do qual esta Comissão é signatária.

Ambas as articulações têm como peça central a Dra. Lazara Carvalho, cuja atuação institucional perpassa as Comissões, e coordena parcerias interinstitucionais de impacto entre órgãos públicos e privados, trazendo mais força à missão institucional da Comissão de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa da OAB-SP.

No que tange a difusão da diversidade de epistemologias e a abordagem multidisciplinar de tópicos jurídicos, a GPGP tem parceria firmada com a Editora Tirant Lo Blanch, garantindo coluna no portal jurídico Empório do Direito, nomeada Justa Medida, que quinzenalmente trata temas de relevância para a advocacia, para a academia e para a sociedade. Também, em parceria com a Escola de Direito, produz conteúdo atinente a Direitos Humanos, Teoria Pura do Direito, Teoria Crítica Racial, Criminologia, Direito Educacional e Direito de Família, periodicamente, via YouTube.



A parceria com a ESA OAB-SP, firmada em julho de 2020, também rende produção de conteúdo educacional periódico para a advocacia; neste diapasão, é possível destacar o curso sobre Compliance e Direito Antidiscriminatório, em setembro de 2020; o curso sobre aspectos básicos do planejamento familiar, em setembro de 2020; e o curso sobre Direitos da População LGBTQIA, em outubro de 2020.

Com a ESA, a GPGP lançou seu primeiro Edital de chamada de artigos, conjuntamente com a Comissão de Igualdade Racial da OAB-SP. a Comenda Lélia Gonzalez é inspirada na vida, obra e produção acadêmica de Lélia Gonzalez, graduada em História, Geografia e Filosofia pela UERJ; mestre em Comunicação Social, doutora em Antropologia também pela UERJ, ativista de movimentos sociais e professora de Antropologia e de Cultura Popular Brasileira, e se propôs a discutir raça, gênero e epistemologias afrodiáspóricas no ambiente jurídico. Em outro Edital, em parceria com a Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente da OAB-SP, a GPGP se propôs a analisar os 30 anos do ECA, discutindo avanços e retrocessos na legislação.

Para além, a Comissão de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa da OAB-SP tem produção de notas técnicas, divulgadas em suas redes sociais com elaboração de material audiovisual próprio. As notas produzidas demarcam o posicionamento jurídico e institucional diante de dada ocorrência de relevância social, seja esta positiva ou negativa, e podem balizar medidas posteriores.

Destacamos, para o ano de 2020, a nota produzida em repúdio ao racismo nas universidades, divulgada em outubro de 2020, respondendo às crescentes denúncias de estudantes nas universidades paulistas acerca de manifestações em grupos de trabalho remotos, ambientes de aula online e outras ferramentas de interação acadêmica, de cunho discriminatório e racista; não houve resposta de universidades acerca das tentativas de mediação ofertadas por esta Comissão, neste particular.

A última atividade de 2020 para a Comissão de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa da OAB-SP foi a publicação de dois livros em dezembro, em parceria com a Comissão de Igualdade Racial da OAB-SP. De autoria coletiva, o primeiro volume da coleção “Vidas Negras Importam? análises e reflexões sobre equidade racial” se debruça sobre as relações étnico-raciais no Brasil de forma inédita, introduzindo a Teoria Crítica Racial no escopo acadêmico da Advocacia para um estudo mais aprofundado das estruturas discriminatórias no Brasil

O primeiro volume da “Comenda Lélia Gonzalez: raça, gênero e epistemologia jurídica afro-diaspórica” é fruto de Edital de Chamada de Artigos aberto em 15/06/2020 pelas Comissões, e que em regime de ação afirmativa, priorizou as submissões feitas por pessoas negras, indígenas, latinas e integrantes de outros grupos étnico-raciais tidos como minoritários no contexto socioeconômico do país, reservando desde já a cota de participação de 30% para grupos étnico-raciais fora daqueles especificados.

A obra tem o objetivo de discutir, na academia jurídica, questões de raça e gênero em outros prismas, texturas e eixos, e de busca a reinserção das obras de Lélia na Academia jurídica, reconhecendo, neste ato, seu lugar na doutrina jurídica e na elaboração da Carta Magna de 1988, assumindo seu legítimo lugar de jurista nesta Seccional paulista, ao lado de Sueli Carneiro, Luiz Gama e outras pessoas negras cruciais para o avanço das ciências jurídicas e para o soerguimento de novas epistemologias jurídicas.

Os livros, publicados exclusivamente em formato eletrônico pela ESA OAB-SP, estão disponíveis na Amazon a preços simbólicos, propiciando o maior alcance possível para o debate das relações raciais no Brasil no âmbito da academia jurídica institucional. Os valores obtidos serão revertidos em prol da Coalizão Negra por Direitos, em continuidade ao compromisso de combate às estruturas discriminatórias no Brasil. O lançamento oficial das obras será realizado em 2021, com a ESA.

A Comissão de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa da OAB-SP pretende intensificar e capilarizar ainda mais suas atividades para 2021, mantendo e expandindo trabalhos listados, e

acrescentando novas frentes de atuação, objetivando, nestas práticas, a consecução de seus objetivos nesta Seccional.

São Paulo, 18 de dezembro de 2020.

Dra. Amarílis Costa

---

**Presidente da Comissão de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa da OAB-SP**

Dra. Raphaella Reis

---

**Vice Presidente da Comissão de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa da OAB-SP**

Dra. Lazara Carvalho

---

**Vice Presidente da Comissão de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa da OAB-SP**

Dra. Paula Brito

---

**Secretária Geral da Comissão de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa da OAB-SP**